



FACNORTE - FACULDADE DO NORTE DO PARANÁ
INSTITUTO QUALIFIQUE & CONSULTORIA – IQC
POLO: SÃO LUIS - MA
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS
PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO PROFISINALIZANTE EM CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO E MULTIDISCIPLINARIDADE
NOME: JOSE RAIMUNDO ALVES
DISCIPLINA: Filosofia Social e Educação Inclusiva
Prof. Dr. Eraldo Pereira Madeiro

RESUMO DO LIVRO: PENSAMENTO PEDAGOGICO BRASILEIRO – MOACIR GADOTTI

O autor no primeiro capítulo faz uma análise sobre a produção da grande quantidade de literatura pedagógica brasileira nos últimos quinze anos, o que revela uma vitalidade da pedagogia contemporânea no país, a qual vai da discussão da gestão democrática, passando pelo enfrentamento ao autoritarismo até o currículo pedagógico. Anterior a esse momento há uma fundamentação teórica sobre as tendências pedagógicas sob a visão de diversos autores, destacando principalmente dois deles: Dermeval Saviani e José Carlos Libaneo. É um livro que destaca as seguintes teorias: A da Dependência, a da Modernização, a Liberal e a Progressista. Nessa parte ele faz bastantes referências ao materialismo histórico e dialético marxista.

No segundo capítulo faz-se referência à pedagogia do “oprimido” de Paulo Freire, que é considerado um dos precursores do enfrentamento e do rompimento com a pedagogia oficial e hegemônica capitalista; onde existem as elites dominantes que são assistencialistas e opressoras; seguidas por classes médias que buscam essa ascensão apoiando-se nas elites. Para contrapor a essa opressão as massas; que são os oprimidos que necessitam desenvolver uma teoria própria voltada para as suas ações; que pode ser considerada uma teoria pedagógica libertadora; provocando assim uma transformação político-social. A educação deve ser um ato político e ao mesmo tempo deve ser um instrumento para contrapor a dominação ideológica da classe dominante.

O terceiro capítulo refere-se a “educação popular” ou “participante” do educador e antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, nessa teoria ele explica que há dois tipos de educação; uma que torna as pessoas iguais e outra que reforça as desigualdades sociais.

Quando a escola é criada isolada das práticas pedagógicas populares, ocorre a criação de classes sociais específicas. Daí é necessário que haja uma educação popular para o povo, mas que a mesma seja feita pelo povo. Há mais uma classificação educativa: “educação da classe”, “educação popular” e “educação do sistema dominante”. Frente a essa visão; nos últimos anos a escola tem aos poucos se aproximada das formas alternativas de educação.

No quarto capítulo é a vez da análise sobre a teoria do educador Rubem Alves; onde surge a diferença entre professor e educador, sendo ambos comparados respectiva e analogicamente a “eucaliptos e jequitibás”; onde os primeiros crescem muito rápidos e logo são cortados e substituídos por novos exemplares; enquanto que os segundos se desenvolvem mais lentamente e são mais resistentes ao corte e não caem com muita facilidade. Nessa analogia o educador deve ser um jequitibá.

O ato de ensinar e aprender deve ter sentido real; formando assim uma educação que dar prazer. A educação não deve ser aterrorizante; e temor destrói a criatividade e o prazer das pessoas, os testes classificatórios e os exames vestibulares complementam a esse problema. Como consequência desse fracasso aparece à violência do consumismo, do autoritarismo e do utilitarismo. A escola precisa levar em consideração a descoberta da alegria e o prazer de aprender. Os professores devem ser educadores que sejam comprometidos com a formação do educando. No processo educacional deve existir uma valorização corporal, sentimental e afetiva do ato de ensinar.

O capítulo cinco vem com as reflexões sobre principalmente o trabalho de Madalena Freire; teórica que aborda a questão da alfabetização a partir da vivência da criança. Em seguida ela faz referência ao papel da pré-escola; onde exerce crítica sobre a pré-escola compensatória dos problemas sociais; principalmente quando se refere as classes populares. Ela faz considerações sobre a afetividade ligada à cognição no âmbito da educação pré-escolar; onde o tempo de aprendizagem das crianças deve ser respeitado e não há necessidade de forçar a alfabetização. Completando com o raciocínio de Célestin Freinet o processo de aprendizagem deve estar conectado à prática; porque a criança também aprende com a própria vivência que tem através dos brinquedos.

Nesse capítulo aparece a análise teórica de Mauricio Tragtenberg; o qual faz uma crítica à escola tradicional que valoriza ao autoritarismo do professor e ao mesmo tempo critica a escola nova; instituição que proletariza o professor. Ele continua a crítica questionando a burocracia educacional, principalmente os diários de classes.

O mesmo capítulo apresenta outro teórico, desta vez muito conhecido na educação básica brasileira; que é Marilene Chauí; ela faz uma abordagem sobre a relação Saber e Poder, pois se trata de uma relação historicamente baseada na exploração física e mental do homem e que deu base a modernização tecnológica atual. E o capítulo encerra apontando que a aprendizagem com interdisciplinaridade como um caminho educacional viável.

O sexto capítulo focaliza-se na crítica a escola capitalista reprodutora de conhecimento; onde existe na escola uma ideologia capitalista, que geralmente vem através dos livros didáticos, os quais mascaram a realidade social. A partir dos anos vinte do século passado surgiu o discurso ideológico conservador da educação como instrumento de transformação social, onde o estado intervém de forma autoritária.

A educação brasileira ainda sofre graves problemas que se originaram da dicotomia escola pública x escola privada surgida em meados do século XX durante a escola nova; naquele momento ocorreu o embate político-educacional entre liberais x igreja católica; ambos de orientação burguesa. A partir dos anos de 1960 o Professor Darcy Ribeiro surge como defensor da proposta de uma escola pública popular, mas que foi interrompida pelos governos militares.

O capítulo sete vem com a abordagem sobre a pedagogia dos conteúdos que foi estudada principalmente por José Carlos Libâneo; onde o saber pode levar ao engajamento político; está centrada na transmissão e assimilação dos conteúdos. Aqui Dermeval Saviani chama a atenção para a marginalidade educacional na América Latina e por extensão ao Brasil; onde 50% dos alunos saem da educação primária na condição de semianalfabetos. As teorias educacionais adotadas nas escolas latinas americanas tem sido ineficientes para resolver os problemas da escola; pois as mesmas tem apenas reforçado o aparelho ideológico do estado, que geralmente são autoritários.

Baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, Dermeval Saviani conclui que na prática não existe um sistema educacional brasileiro; existindo apenas estruturas educacionais desarticuladas. Ele aponta a necessidade da elaboração de uma teoria

educacional a partir das práxis dos educados. Essa concepção sofre muitas críticas por outros autores por não encontrarem muitos aspectos sócio-históricos.

A formação do educador e a nova realidade brasileira aparecem no capítulo oito; onde há um sistema educacional excludente em que só beneficia as classes médias e as elites. O professor não fica fora desse problema; ele é vítima desse processo através dos baixos salários e da falta de formação acadêmica. É, portanto, ter um professor e uma educação contraditória dialogicamente. É a “pedagogia do conflito”, onde as classes médias lentamente participam da vida política brasileira. Entretanto os operários e os camponeses ainda estão excluídos da direção política do país.

As duas principais facções das classes médias que a partir de 1964 começaram a participar da vida política do país foram: os militares e os tecnoburocráticos. Ao lado dessa situação a economia está assentada no tripé de organizações estatais, multinacionais e da burguesia industrial. Escola que dá sustentação a esse modelo socioeconômico é a escola tecnicista; uma instituição totalmente alienante para as classes socioeconomicamente desfavorecidas.

Na década de 1970 veio o fenômeno da educação permanente, que correspondia ideologicamente à formação não escolar, onde ela não é neutra; pois aos trabalhadores é o aumento da formação profissional.

A educação não faz transformação social; apenas satisfaz as necessidades imediatas das massas. A educação deve desempenhar o papel de promover diálogo numa sociedade de conflito; porém pode esconder o conflito e nem ser tecnoburocrática. A educação deve estar pautada em uma teoria dialética. A base dessa teoria está na prática coletiva dos educadores dentro de uma perspectiva da própria categoria e da classe trabalhadora.

A conclusão do livro vem no capítulo nove, o qual vem a apontar que o pensamento pedagógico brasileiro na atualidade já tem mais autonomia e radicalidade. A questão educacional brasileira não é somente uma questão pedagógica; também é um desafio à própria sociedade; pois a sua escola atual ainda é burguesa e tem servido mais para o controle social.

REFERENCIA

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. – 8ª edição revisada e ampliada – São Paulo: Ática. 2009. – Fundamentos.